



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

de Oliveira Leal Halbritter, Luciana; D'Ávila Neto, Maria Inácia
Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos
sociais de origem virtual pelo mundo
Ciências Sociais Unisinos, vol. 51, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 353-360
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93843711013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos sociais de origem virtual pelo mundo

Mobilization across borders: Transnational similarities of social movements of virtual origin in the world

Luciana de Oliveira Leal Halbritter¹
lucianaleal.halbritter@gmail.com

Maria Inácia D'Ávila Neto¹
inadavila@gmail.com

Resumo

Em junho de 2013, o movimento social iniciado em São Paulo ganhou as ruas, com manifestações públicas em várias cidades pelo país. O que começou como revolta pelo aumento das tarifas do transporte público culminou com a rejeição de projetos de emenda constitucional, votação de projetos de lei, e promessas de mudanças em setores críticos, como saúde e educação. Milhões de pessoas aderiram ao movimento através das redes sociais, divulgando os eventos, as ideias defendidas, conclamando amigos a aderir e participar. Estes movimentos não são originalidade brasileira, repetindo movimentos similares em outros países. Todos têm dinâmica semelhante, ao usar a internet, em especial redes sociais como o Facebook, para divulgar as mobilizações e convidar mais pessoas a participar, apesar das intrínsecas diferenças de reivindicações. Se, por um lado, a globalização serve à ampliação e ao fortalecimento do capitalismo contemporâneo, por outro, possibilita a mobilização popular em âmbito global. Há o surgimento de uma política transnacional de representação. Dado este contexto, tem-se como principal objetivo do estudo analisar como as relações entre cidadãos foram travadas nas redes virtuais e extrapolaram o virtual, para interferir diretamente no mundo real. Metodologicamente, faz-se a análise das notícias divulgadas à época tanto das mobilizações como das reações e respostas dos poderes constituídos, comparativamente ao ocorrido em outros países com movimentos similares em suas dinâmicas, traçando um paralelo entre eles. A partir desta análise, propõem-se hipóteses que expliquem o fenômeno, sinalizando para possíveis desdobramentos nas teorias dos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, internet, política transnacional.

Abstract

In June 2013, the social movement started in São Paulo took the streets with public demonstrations in several cities across the country. What began as revolt due to the increase in public transportation fares led to the rejection of constitutional draft amendments, voting bills, and promises of changes in critical sectors such as health and education. Millions of people have joined the movement through social networks, promoting the events, defending ideas, calling friends to join and participate. These movements are not a Brazilian originality, as they repeat similar movements in other countries. All of them have similar dynamics, using the Internet, especially social networks like Facebook, to spread the mobilization and to invite more people to participate, despite the inherent differences of their claims. If, on the one hand, globalization serves to expand and strengthen contemporary capitalism, on the other, it makes popular mobilization possible globally.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 2º andar, Cidade Universitária, 21941-901, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

There is the emergence of a transnational political representation. Given this context, the main objective of this study is to analyze how the relationships between citizens were established in virtual networks and extrapolated the virtual realm so as to interfere directly in the real world. Methodologically, it analyzes news reports of the time of the mobilizations as well as the reactions and responses from the powers that be compared to what occurred in other countries with movements similar in their dynamics, drawing a parallel between them. On the basis of this analysis, it proposes hypotheses to explain the phenomenon and points to possible developments in theories of social movements.

Keywords: social movements, Internet, transnational politics.

Introdução

Em junho de 2013, o Brasil acompanhou perplexo o movimento social iniciado em São Paulo ganhar as ruas, com passeatas e manifestações públicas sincronizadas em várias cidades das cinco regiões do país. O que começou como revolta pelo aumento das tarifas do transporte público culminou com a rejeição de projetos de emenda constitucional, votação de projetos de lei, e promessas de mudanças em setores críticos, como saúde e educação.

Milhões de pessoas aderiram às mobilizações nas ruas e nas redes sociais, divulgando os eventos, as ideias defendidas, conclamando amigos a aderir e participar. O que poderia ter-se limitado a pequenos protestos localizados de grupos de ideologias específicas tornou-se a mobilização de milhões de pessoas, parando cidades inteiras, e a corrida dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo para atender a reivindicações e apresentar propostas para tentar conter a mobilização popular.

Estes movimentos não são, porém, uma originalidade brasileira, pois ocorrem a par de outros pelo mundo, nos países do Oriente Médio (Primavera Árabe), Américas e Europa. Todos têm dinâmica semelhante, ao utilizarem a internet, especificamente redes sociais, como o Facebook, para divulgar os movimentos e convidar mais e mais pessoas a participar, apesar das intrínsecas diferenças de reivindicações e de ideologia de fundo dos movimentos.

Dado este contexto, tem-se como principal objetivo deste estudo analisar como se deu essa propagação das reivindicações e como as relações entre cidadãos foram travadas nas redes virtuais e extrapolaram o virtual, para interferir diretamente no mundo real. Metodologicamente, faz-se a análise das notícias divulgadas à época tanto das mobilizações como das reações e respostas dos poderes constituídos, comparativamente ao ocorrido em outros países com movimentos similares em suas dinâmicas, traçando um paralelo entre eles. A partir desta análise, procura-se extrair hipóteses que expliquem o fenômeno, sinalizando para possíveis desdobramentos nas teorias dos movimentos sociais.

Mobilizações populares como movimentos sociais

Para uma melhor compreensão da questão, necessário se faz apresentar o que se entende por movimento social e o que

se entende por mobilização popular, a relação entre os termos e os exemplos concretos de um e outro no país e no mundo. Gohn (2011, p. 335-336) afirma que movimentos sociais são

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Já de seu conceito se percebe uma gradação entre os níveis de envolvimento popular nos movimentos sociais de um lado e das formas de organização e formalização desses movimentos de outro.

Scherer-Warren (2006, p. 110) apresenta um conceito de sociedade civil que se confunde com o próprio movimento social e faz uma divisão em vários níveis de organização que se aplicam muito bem ao conceito deste último. Assim, ao afirmar que a sociedade civil "está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores" e que é "a representação de vários níveis de como os interesses e valores da cidadania se organizam em cada sociedade", vincula o conceito de sociedade civil ao conteúdo dos movimentos sociais, de modo que sua classificação dos diversos níveis daquela demonstram com exatidão os diversos níveis dos movimentos sociais.

Sob sua perspectiva (Scherer-Warren, 2006), que ora se adota, os movimentos se organizam em associativismo local, articulações interorganizacionais, mobilizações na esfera pública e rede de movimento social. Independentemente de haver ou não uma organização formal perante o direito ou a regulamentação estatal de atividades sociais, o primeiro deles pressupõe certa organização e coesão em torno de uma ideia central e centralizadora do movimento. Um exemplo é o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, em seus núcleos locais, assim como as ONGs que trabalham com questões específicas culturais ou educacionais.

Articulações interorganizacionais e rede de movimentos apresentam como característica principal e comum a exis-

tência de um processo articulatório, que nas primeiras tem um caráter institucional, quando se têm organizações formalmente constituídas, ou ao menos com normas internas bem definidas. E, na segunda, tem um caráter de expansão de movimentos locais através de articulações pautadas em autorreconhecimento identitário, ou seja, na "identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum" (Scherer-Warren, 2006, p. 113).

Um exemplo do primeiro é a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)², uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega ONGs de diversos objetos sociais, defendendo, de modo institucionalizado e sob certos princípios comuns, o papel das associadas em um projeto de desenvolvimento maior e na criação de uma cultura política participativa. Um exemplo da segunda é o Fórum Social Mundial, que, conforme Santos (2010, p. 418), caracteriza-se pela "rejeição das hierarquias e a importância que atribui às redes possibilitadas pela Internet".

Já as mobilizações são, no dizer de Scherer-Warren (2006, p. 112, grifo nosso),

fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral.

E, como lembra Gohn (2011, p. 336), os movimentos sociais, em seu caráter pedagógico, são dotados de força criadora de novos saberes e de inovações socioculturais, gerando em seus participantes o sentimento de pertencimento social.

Grande parte das recentes mobilizações populares da história mundial, se não todas, podem ser identificadas com esse conceito de mobilização popular, que é um nível quantitativamente maior, mas qualitativamente inferior de movimento social. Não em um sentido valorativo de "melhor/pior", mas no sentido da intensidade do engajamento popular nas causas motivadoras das mobilizações e nas bandeiras levantadas pelos movimentos sociais organizados que participaram dessas manifestações, assim como de comprometimento com as ideologias defendidas.

É possível afirmar, pela observação dos fatos, que nas Jornadas de Junho (2013) o que se experimentou no Brasil foi a construção e o florescimento desses efeitos simbólicos destacados por Scherer-Warren, desse sentimento de pertencimento e, mais, de ser, cada um, um ator ativo das lutas sociais e dos processos político-decisórios das esferas governamentais, fosse através da presença nas manifestações em praça pública, fosse através da adesão virtual, por meio da divulgação das informações relativas aos movimentos pela internet, em redes como Facebook, Youtube e WhatsApp.

Contudo, é de se observar que essas mobilizações populares são uma ramificação dos movimentos sociais, mas não se confundem com eles, e não os caracterizam por si sós. Como afirma Gohn (2011, p. 336), os movimentos sociais têm por características básicas vistas em suas definições clássicas a existência de uma identidade própria, de um opositor e de um projeto de vida e de sociedade, pressupondo continuidade e permanência.

Às mobilizações populares falta, da perspectiva do participante eventual, a comunhão de identidade, opositor e projeto com o grupo nuclear daquela mobilização (ou seja, o movimento que lhe dá origem, quando existe uma organização prévia, não se limitando a uma mobilização espontânea e momentânea), assim como falta a continuidade e a permanência, como consequência mesmo da falta de engajamento em um projeto comum.

A nosso ver, enquanto os movimentos sociais criam verdadeiros laços entre os seus participantes, as mobilizações criam redes, apenas, que podem ou não se prolongar no tempo, e podem ou não levar ao surgimento de laços sociais entre os seus elos. Mas que por si sós são redes de mobilizações populares que podem se esgotar em uma única manifestação, e ter como efeito coletivo apenas a visibilidade e o simbolismo que deixam ao coletivo social.

Assim, as mobilizações, da perspectiva do participante, se inserem muito mais na prática cotidiana de valores, ideologias e crenças do que na adesão a movimentos sociais que as precedem.

As redes sociais através da internet e as mobilizações no mundo globalizado

Dois conceitos iniciais são de necessária compreensão para equacionamento da questão. O primeiro é o conceito de globalização, o segundo, de rede.

A globalização é o processo de expansão e consolidação de um sistema-mundo capitalista, de origem e fundamento econômico, mas que repercute em todas as esferas da vida de uma pessoa, desde a cultura à produção de saberes, passando por suas relações sociais e econômicas. A respeito deste processo de expansão do capitalismo enquanto sistema-mundo econômico, Wallerstein (2007, p. 82-83) afirma com propriedade que

Há de fato um sistema-mundo moderno diferente de todos os anteriores. Trata-se de uma economia-mundo capitalista que nasceu ao longo do século XVI, na Europa e na América. E, assim que conseguiu se consolidar, seguiu sua lógica interna e sua necessidade estrutural de se expandir geograficamente. Desenvolveu a competência militar e tecnológica para conseguir isso e, portanto, incorporou uma após outra todas as partes do mundo até abarcar o globo inteiro em certo momento do século XIX. Além disso, esse sistema-mundo funciona segundo princípios

² Veja-se mais a respeito na página da associação: http://www.abong.org.br/quem_somos.php

bem diferentes dos sistemas-mundo anteriores [...] Entre as especificidades da economia-mundo capitalista está o desenvolvimento de uma epistemologia original, usada como elemento básico para manter a capacidade de funcionar [...] reificou as distinções binárias, principalmente aquela entre o universalismo (que se afirmava encarnado nos elementos dominadores) e o particularismo (atribuído a todos os que eram dominados).

A globalização se traduz, portanto, em um processo de expansão de meios de produção, de urbanização e desruralização de territórios, de políticas e modos de vida, de valores sociais e culturais. Sob uma ótica sociocultural, afirma Santos (2010, p. 438, grifo nosso):

Dai, a definição de globalização por mim proposta: a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. [...] Neste processo de produção de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos, pelo reconhecimento hegemônico de uma dada diferença cultural, racial, sexual, étnica, religiosa ou regional, ou pela imposição de uma determinada (des)ordem internacional. Esta vitória traduz-se na capacidade de ditar os termos da integração, da competição/negociação e da inclusão/exclusão. [...] Para responder a estes imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, marginalizadas, excluídas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna.

Como processo de expansão, demanda um instrumental próprio para circulação de bens, de dinheiro, de pessoas, de informação. A interligação entre os diversos locais do mundo, fazendo-os globais, se dá principalmente através das redes.

Uma rede é um conjunto de fios ligados a outros em determinados pontos por nós que os unem. A mesma lógica é observável nas redes de comunicações, nas redes econômicas, nas redes sociais, que são redes constituídas pelos indivíduos que se relacionam em processos de interação social com outros indivíduos ou com o grupo. Os sistemas de comunicação e de circulação de mercadorias (transporte, comunicação telegráfica, telefônica, por rádio, e mais recentemente através da internet) estão intrinsecamente relacionados com a estrutura em rede e com o processo histórico da globalização. Segundo Mattelart (2000, p. 11),

A interconexão generalizada das economias e das sociedades é, com efeito, o resultado do movimento de integração mundial que foi iniciado na virada do século XIX. Ampliando progressivamente o campo de circulação de pessoas, como também de bens materiais e simbólicos, os instrumentos de comunicação têm acelerado a incorporação das sociedades particulares em grupos cada vez maiores, redefinindo continuamente as fronteiras físicas, intelectuais e mentais.

Enne (2004) faz um mapeamento do conceito de rede e sintetiza com maestria a história do conceito das redes: nas Ci-

ências Sociais, podem-se dividir os conceitos de rede, contextualizados em suas origens histórico-teóricas, em duas vertentes. A primeira é a rede como sistema de interação social, caracterizada principalmente por sua capacidade de articulação e re-articulação, como proposto por Radcliffe-Brown, e neste caso rede é um conceito simbólico que explicaria a estrutura social. Uma outra vertente, analítica, entende a rede como um instrumento metodológico para compreensão das relações sociais em contextos sociais não englobados pelo conceito de grupo. Esta é iniciada por Barnes, na década de 60.

As redes são estudadas também como processos de comunicação para circulação de informações (bens simbólicos) e de bens e serviços (bens materiais), a partir de Mitchell e Epstein. Hannerz utiliza o conceito de rede enquanto processo comunicacional para trabalhar a ideia de fluxos culturais, e propõe que não se possa separar a estrutura social da estrutura cultural, devendo as redes ser analisadas a partir de ambas as perspectivas, considerando-se sua mobilidade e a variação na intensidade e na temporalidade dos laços que constitui (Enne, 2004).

Mais recentemente, Castells (1999, p. 566) conceitua rede como

um conjunto de nós interconectados. [...] são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação [...] Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada.

A interação é fator preponderante para a constituição de uma rede social, como as que surgem entre vizinhos de um mesmo condomínio, ou pais de alunos de uma mesma escola, ou profissionais de uma mesma área do conhecimento que atuam em diferentes empresas. Neste sentido, uma rede virtual que proporcione uma interação real entre seus membros irá configurar uma rede social (virtual apenas em razão de utilizar-se das tecnologias da informação como meio de interação).

A internet enquanto rede é um complexo interdisciplinar de questões técnicas, linguísticas e sociais, que se sobrepõem e mutuamente se influenciam. Como aponta Flichy (2007, p. 6-7, tradução nossa),

Usos da Internet são, no entanto, muito mais diversificados do que os das primeiras máquinas de escritório. Uma das principais dificuldades no estudo deste tipo de sistema de comunicação deriva da sua complexidade. Alguns o analisam como uma nova adição para a mídia, outros, como uma ferramenta de comunicação interpessoal ou um novo sistema de organização corporativa e outros ainda como dispositivo facilitador do comércio. Todas essas facetas da internet raramente são estudadas simultaneamente, mas os indivíduos estão presentes em várias cenas da internet ao mesmo tempo, e as justificativas para o seu engajamento são globais.

Não obstante, a rede internet não se confunde com as redes sociais que se formam virtualmente utilizando-se para isso da ferramenta internet. De fato, o papel da internet aqui é instrumental da rede social, assim como a rede social (virtual) é instrumental da rede social concreta, que tem nas mobilizações sociais uma das repercussões sociais de sua existência, no que tange ao objeto deste estudo.

A ferramenta das redes sociais que levam às mobilizações populares poderia ser o telefone, a carta, rádio, tevê e outras mídias. É a internet por duas questões próprias da geografia: territorialidade e temporalidade.

Territorialidade porque as distâncias no espaço geográfico globalizado não mais significam o que significavam quando a mobilidade do ser humano pelo globo era restrita, e temporalidade porque a dinâmica da globalização impõe cada vez mais um tempo rápido que convive em um mesmo espaço com o tempo lento (Santos, 2001, 2006), gerando, por sua vez, fluidez e rapidez no fluxo, com a fragmentação do tempo e do território.

Mesmo ao longo do processo histórico de globalização, havia uma figura central e uniformizadora, o Estado nacional, que tinha a função regulatória das diferenças e das compartimentalizações internas, assim como a função mediadora das externas. Com o avanço da globalização e o avanço tecnológico que permitiu a aceleração do fluxo de informações e ao mesmo tempo a independência do fluxo financeiro em relação aos Estados nacionais, a territorialização e consequente compartimentalização se desvincularam da figura central do estado nacional, e as fronteiras da economia, da cultura, das relações institucionais e pessoais deixaram de coincidir com as fronteiras político-territoriais. A política deixou de ser suficiente para lidar com essa divisão do território, cedendo lugar às pressões do mercado financeiro.

Por outro lado, o tempo da política e o tempo do Direito, que traduz em normas as decisões políticas acerca da regulação das relações que se travam no interior dos territórios, é um tempo lento, que não acompanha o tempo financeiro, sobretudo, e por consequência prevalece o tempo rápido das trocas informacionais. Veja-se a lição de Santos (2001, p. 83):

Por meio da regulação, a compartimentação dos territórios, na escala nacional e internacional, permite que sejam neutralizadas diferenças e mesmo as oposições sejam pacificadas, mediante um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes para também renovar, desse modo, a solidariedade. [...] Hoje vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas.

E, falando sobre redes, Santos (2006, p. 182) afirma: "[...] as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo", onde território equivale ao Estado nacional, lugar a todos os espaços desterritorializados, ou territórios fragmentados pelas dinâmicas da globalização, e o que extrapola o território nacional.

A internet, como rede técnica, tanto possibilita que a informação circulante ultrapasse os limites locais e de Estado quanto possibilita a estes a fragmentação de seu espaço e de seu tempo ao trazer para o interior do espaço local toda a gama de informações de outros locais, de outros territórios e do mundo, estabelecendo o trânsito em via dupla da comunicação.

Alguns exemplos da História recente

A Tunísia foi o primeiro país a presenciar esse movimento³, que ficou conhecido como a Revolução dos Jasmins, e teve por motivação inicial o suicídio por imolação por fogo de um jovem de 26 anos, em frente a um prédio do governo, em uma cidade de 40 mil habitantes. O jovem sofreu o confisco de sua banca de frutas e verduras por várias vezes, ante a recusa em pagar propina, o que culminou com o protesto que levou à sua morte. Um parente divulgou o vídeo de sua imolação na internet, o qual se propagou, causando revolta. A partir daí houve uma sucessão cada vez mais expressiva de protestos, até que o ditador que governava o país fugiu com sua família, permanecendo em um crescente os protestos por eleições democráticas (Ninio, 2011).

Seguiram-se protestos e manifestações populares no lêm, seguidos de revolta armada que culminou com o fim do mandato do então presidente, que governava havia 35 anos e decidiu não mais concorrer.

Em seguida, o Egito viu a derrubada de um governo ditatorial de 30 anos, a eleição democrática de um presidente, sua derrubada e a tomada do poder pelos militares, todos fatos desencadeados em um primeiro momento pelos movimentos populares iniciados em janeiro de 2011, por meio de protestos nas ruas do Cairo, capital do Egito, onde os manifestantes se concentravam na praça Tahrir, para exigir maior liberdade e melhores condições de vida (Lima, 2014).

A Líbia e a Síria também passaram por mobilizações populares da mesma magnitude daquelas outras relatadas. O ditador que governava o primeiro foi morto durante guerra civil que começou com a onda de protestos contra o seu governo, além de reivindicações políticas e sociais. Já a Síria, apesar dos intensos protestos iniciais contra o regime ditatorial de Bashar al-Assad, não teve o mesmo destino dos demais. O regime não

³ Não que outros protestos, outros eventos não tenham acontecido antes em outros países, mas a onda de protestos que se espalhou pelos países árabes se iniciou com o ato isolado de um cidadão tunisiano que, com sua morte, despertou a revolta dos habitantes de uma pequena cidade do interior, e daí se iniciaram os protestos cada vez maiores e em mais localidades e países por toda a região.

cedeu e reagiu violentamente, instalando-se no país uma guerra civil que persiste até os dias atuais, sem sinais de arrefecimento.

Também Bahrein e Marrocos passaram por protestos semelhantes.

Atualmente, boa parte desses movimentos se desdobram tanto em questões políticas quanto em questões religiosas, levando a dissidências religiosas que também disputam o poder (Camañas, 2011; Coelho e Bisinoto, 2011).

Mas não só os países árabes tiveram seus movimentos sociais e protestos populares. Também países ocidentais viram a revolta de seus cidadãos, cada qual dentro das especificidades de sua história, realidade política e econômica, bem como de reconhecimento de direitos sociais.

Na Espanha, iniciou-se em maio de 2011 o movimento Os Indignados; com uma manifestação nacional, realizada em várias cidades, do movimento Democracia Real Ya, deu início a uma sequência de ocupações das praças públicas, em diversas cidades, sendo a principal em Madri. Elas perduraram por cerca de um mês, paralelamente a passeatas em frente a prédios do governo, em sua maioria contestando perdas de direitos sociais, como direitos trabalhistas, verbas para a saúde e para a educação.

Nos Estados Unidos, iniciou-se em 2 de fevereiro a mobilização online através de um site, Facebook e Twitter para a manifestação Occupy Wall Street, que não teve a adesão esperada no dia marcado (17/09/2011), mas prosseguiu com manifestações várias, com adesão cada vez maior de pessoas em várias cidades estadunidenses, e se prolongou por meses, fazendo ocupações temáticas (pelos direitos dos presos, pela moradia para pessoas desalojadas por bancos, contra a agricultura industrializada).

O site occupywallst.org explicita a inspiração vinda da Primavera Árabe para o início do movimento e descreve seus principais objetivos:

#ows está lutando contra o poder corrosivo de grandes bancos e corporações multinacionais sobre o processo democrático, bem como o papel de Wall Street na criação de um colapso econômico que causou a maior recessão em gerações. O movimento é inspirado por revoltas populares no Egito e na Tunísia, e tem como objetivo lutar contra o 1% mais rico de pessoas que estão escrevendo as regras de uma injusta economia global que é excludente de nosso futuro (Occupy Wall Street, s.d., tradução nossa).

No Brasil, em junho de 2013, o país viu eclodirem diversas manifestações em várias cidades do país, algumas com centenas de milhares de participantes, a partir dos protestos iniciais organizados pelo Movimento Passe Livre São Paulo contra o aumento nas tarifas dos ônibus municipais, em um momento em que diversas cidades estavam revendo o valor das tarifas. Os protestos se sucederam com esse motivo inicial e depois passaram a englobar diversas outras reivindicações populares, relacionadas aos direitos sociais e ao questionamento da legitimidade da representação do povo pela classe política, em razão dos contrastes entre as prioridades levantadas pela população (saúde, educação, segurança) e aquelas adotadas pelas diversas esferas

de poder (por exemplo, obras para preparação das cidades para a Copa do Mundo). Neste ponto, vários segmentos da sociedade civil estavam envolvidos, e muitos dos protestos partiram de iniciativas individuais, formando-se as manifestações espontaneamente, e não através de movimentos sociais articulados.

Semelhanças transnacionais das mobilizações populares dos últimos anos

Antes de se analisar as semelhanças entre os movimentos contemporâneos, convém comparar como ilustração movimentos similares de tempos distintos, que demonstram a existência de redes de sustentação das mobilizações sociais desde sempre. Compare-se, de um lado, a Passeata dos Cem Mil e, de outro, a Passeata dos 300 Mil.

A Passeata dos Cem Mil ocorreu no Rio de Janeiro, capital, em 26/06/1968 e reuniu, como o nome por si só indica, 100 mil pessoas nas ruas do centro da cidade, entre estudantes e pessoas que apoiaram naquele momento o movimento estudantil, em protesto contra a ditadura e pela liberdade política e de expressão (Weguelin, 1968). Conta-se que aqueles que não desciam às ruas para acompanhar o trajeto dos manifestantes acenavam das janelas dos prédios comerciais da Avenida Rio Branco, batiam palmas e jogavam papel picado, o que é uma forma de participação na mobilização que presenciavam (Al'Hanati, 2013).

Em 20/06/2013, 45 anos depois, reuniram-se nas mesmas ruas cerca de 300 mil pessoas, também para protestar, não mais por liberdade política e de expressão, mas por direitos sociais e por uma efetiva participação nas esferas decisórias do estado brasileiro (Canônico, 2013). A semelhança dessa mobilização com a Passeata dos Cem Mil não passou despercebida pela mídia, inclusive no que diz respeito à influência de movimentos internacionais similares na eclosão de outros:

Outra coincidência entre 1968 e 2013 é o cenário internacional. Há 45 anos, havia protestos no mundo todo. Mais notadamente na França, onde estudantes montaram barricadas nas ruas de Paris para enfrentar a polícia e trabalhadores entraram em greve geral – no que ficou conhecido como Maio de 68. Mais uma coincidência com relação à atualidade: 2013 também tem sido um ano de protestos populares internacionais – como os que ocorrem na Europa e na Turquia (Al'Hanati, 2013).

A grande diferença entre uma e outra está em que a primeira tinha uma liderança identificada, organizadora do discurso, enquanto a segunda não tem essa figura central de liderança, sendo a mobilização construída por meio de uma rede horizontal e descentralizada de interação social.

Por outro lado, as informações divulgadas para a sociedade como um todo sobre uma e outra diferem porque a primeira dependeu essencialmente da imprensa, como meio de comunicação de massa para ser noticiada, levando às pessoas não in-

seridas em movimentos sociais a notícia sobre o que aconteceu. A segunda, ao contrário, teve uma divulgação em tempo real, via redes sociais virtuais, com vídeos, fotos e informações imediatas, utilizando-se de smartphones e internet móvel, que viralizavam na internet, independentemente da atuação das grandes empresas de mídia.

Mas antes ainda que o Brasil despertasse para a participação popular em mobilizações sociais, desde final de 2010 uma sucessão de revoltas com a participação popular em diversos países já chamava a atenção para um movimento de caráter global, embora não globalizado, de protestos.

Tanto países democráticos como países de governos ditatoriais e autoritários, tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento experimentam o mesmo tipo de mobilização popular, construída por meio de redes sociais que se utilizaram de uma mesma ferramenta, a internet. E com isso potencializaram não apenas a mobilização das pessoas, mas que se mobilizassem em grande número, em movimentos articulados em várias cidades ao mesmo tempo, ou em tempos bastante próximos, e com temáticas parecidas.

Como se pode ver dos descritivos de todos os movimentos, há um fundo comum de anseio por asseguramento de direitos sociais, de melhores condições de vida, assim como se fez presente em todos os momentos o questionamento da legitimidade das decisões políticas, a indiciar uma insatisfação global com os sistemas políticos de representação existentes, mesmo nos países democráticos.

Assim, se por um lado a globalização serve à ampliação e ao fortalecimento do capitalismo contemporâneo como sistema-mundo econômico, o que reforça desigualdades entre países centrais e países periféricos e diferenças internas entre as diversas classes em um mesmo país, por outro lado, possibilita a mobilização popular em torno de um objetivo comum, ou de muitos objetivos difusos, mas ainda assim capazes de despertar nos poderes constituídos a percepção da necessidade de dar uma resposta aos clamores ouvidos. Possibilita que alguns países, pelo exemplo de outros, busquem a mobilização social como forma de expressar os desejos de um povo, ou de uma parcela dele.

Esses fatos apontam para o surgimento de uma política transnacional de representação, na medida em que os indivíduos passam a representar a si mesmos, em dinâmica que funciona tanto em países onde o autoritarismo impede uma representação política normatizada, como através do voto, quanto em países democráticos, com ordens constitucionais legitimamente constituídas, mas que não são capazes de vencer as desigualdades que detonam a mobilização popular voluntária e horizontal.

As recentes mobilizações sociais iniciadas pelas redes virtuais, em escala global e, inclusive, no Brasil – considerando-se a mobilização alcançada, a persistência dos movimentos, e sua expansão no tempo, ainda em curso – indicam a constituição das redes virtuais como efetivas redes sociais, e por outro lado parecem indicar a desnecessidade do engajamento individual em movimentos sociais para que haja participação nas mobilizações sociais.

O que as mobilizações locais, de repercussões globais, demonstram é que para a mobilização basta a construção da rede, sendo desnecessário o engajamento em movimentos sociais consolidados ou articulados e a afinidade de ideologias, vez que as demandas são variadas e fragmentadas.

Demonstram também a tendência global de pensar novas formas de participação individual no espaço público e nos processos decisórios dos poderes constituídos.

Castells (2013, p. 23-24), referência no estudo de redes, questiona e explica:

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano.

Um ponto de destaque na análise de Castells é a presença em todos os movimentos de um evento gatilho da revolta e consequente mobilização popular. Um gatilho que é como a gota d'água que faz transbordar o copo e desencadeia toda uma gama de reivindicações que já estavam ali, latentes, mas que restavam invisibilizadas pelas dinâmicas sociais e políticas do local.

Wallerstein (2012, p. 73) advoga que os movimentos iniciados em 2011 foram uma vitória para a esquerda mundial, não porque tenham conseguido destaque ou grandes vitórias como movimentos sociais consolidados, mas porque os movimentos como Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados conduziram a uma alteração do discurso ideológico neoliberal para temas relacionados à desigualdade, justiça social e colonialidade, não por pessoas integrantes dos movimentos sociais, mas por pessoas comuns, nas palavras do próprio teórico:

Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como inevitável. A questão agora para a esquerda mundial é como avançar e converter o sucesso do discurso inicial em transformação política.

Sua ponderação, contudo, é essencial para se pensar os efeitos práticos desses movimentos e mobilizações. As grandes mobilizações perderam força, embora os movimentos tenham se fortalecido com a onda de protestos populares. Todavia, o caminho para uma mudança efetiva que leve o discurso à transformação política e também transformação social demanda das pessoas comuns mais do que a mobilização, e já se vê, por exemplo, nos países da Primavera Árabe, que a questão do autoritarismo é muito mais profunda, e muito mais arraigada nas culturas

e sociedades relacionadas, na medida em que ascenderam novos governos ditatoriais, inclusive em interseção com movimentos religiosos. Nesse ponto, as redes sociais virtuais são insuficientes a provocar ou sustentar movimentos e mobilizações diante da confrontação com o aparato estatal.

Por outro lado, não se pode atribuir às redes sociais virtuais a originalidade dessas mobilizações de impacto global, pois, como visto, há exemplos históricos das influências dos movimentos sociais de um país em outros, quando nem mesmo se tinha a internet como ferramenta.

As redes sociais virtuais, via internet, parecem ser, em todo esse contexto, ferramentas facilitadoras da comunicação, da circulação da informação e da mobilização individual, interferindo diretamente na territorialidade e na temporalidade dos movimentos sociais, tal como acontece de modo disseminado na economia globalizada.

Territorialidade porque se superam fronteiras territoriais, abrindo-se um espaço globalizado a demandas locais, como foi o caso do estopim dos protestos na Tunísia, iniciados em uma pequena cidade rural de 40 mil habitantes. Temporalidade porque possibilitam que o tempo rápido da globalização seja revertido em favor das mobilizações sociais, e das demandas sociais, levando a que também as respostas a essas demandas sejam aceleradas pelos governantes questionados.

Conclusão

O avanço tecnológico que possibilitou a expansão dos mercados, gerando um sistema de economia globalizado, é o mesmo que possibilitou que se espalhassem pelo globo e de modo tão rápido mobilizações com dinâmicas tão diferentes quanto similares em muitos aspectos.

O caráter instrumental das redes sociais virtuais, e da internet de um modo geral, não retira a importância dessas vias de comunicação entre as pessoas individualmente consideradas. Ao contrário, possibilita que se mobilizem sem o prévio engajamento em um movimento social consolidado.

Por outro lado, é preciso estar atento a que as grandes mobilizações não se confundem com os movimentos sociais e deles não dependem para se organizar e efetivar. O que atrai o risco de que o discurso inicial destacado por Wallerstein não se sustente em uma continuidade consistente das mobilizações, não havendo, por isso, garantias de que as mobilizações efetivamente acarretem mudanças sociais e políticas. O que é a vantagem da dispensabilidade do engajamento em um movimento para a realização de mobilizações pode configurar a causa de uma possível ineficácia.

Sendo todos movimentos recentes, e estando nós sem o distanciamento temporal necessário para uma melhor avaliação, é cedo para consolidar teorias a respeito do papel das redes nos movimentos sociais, havendo grande campo aberto e inexplorado para pesquisa sobre o tema.

Referências

- AL'HANATI, Y. 2013. Há 45 anos, jovens também faziam megamarcha. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vid-apublica/conteudo.phtml?id=1384541>. Acesso em: 21/08/2014.
- CAMAÑAS, R. 2011. Un año de la inmolación que cambió el mundo árabe. *Cronología de la Primavera Árabe*. Disponível em: <http://www.lahistoriaconmapas.com/2012/05/cronologia-de-la-primavera-arabe/>. Acesso em: 22/08/2014.
- CANÔNICO, M.A. 2013. Participantes da passeata de 1968 analisam os protestos atuais. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1301456-participantes-da-passeata-de-1968-analisam-os-protestos-atuais.shtml>. Acesso em: 21/08/2014.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 271 p.
- CASTELLS, M. 1999. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1, 698 p.
- COELHO, T.; BISINOTO, T. 2011. Colheita de Primaveras depende de renovações políticas. *Portal PUC-Rio Digital*. Disponível em: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Mundo/Colheita-de-Primaveras-depende-de-renovacoes-politicas-11906.html#U_fw2fmwJ1E. Acesso em: 22/08/2014.
- ENNE, A.L.S. 2004. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, 7(2):264-273.
- FLICHY, P. 2007. *The Internet imaginaire*. Cambridge, The MIT Press, 255 p.
- GOHN, M. da G. 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47):333-361.
- LIMA, J.A. 2014. A Primavera Árabe acabou. *Carta Capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/no-egito-a-primavera-arabe-acabou-4458.html>. Acesso em: 22/08/2014.
- MATTELART, A. 2000. *A globalização da comunicação*. São Paulo, EDUSC, 191 p.
- NINIO, M. 2011. O Mártir. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2509201110.htm>. Acesso em: 22/08/2014.
- OCCUPY WALL STREET. [s.d.]. Disponível em: <http://occupywallst.org/about/>. Acesso em: 22/08/2014.
- SANTOS, B. de S. 2010. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez, 511 p.
- SANTOS, M. 2001. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 174 p.
- SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 258 p.
- SCHERER-WARREN, I. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 21(1):109-130. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922006000100007>
- WALLERSTEIN, I. 2007. *O universalismo europeu: A retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 140 p.
- WALLERSTEIN, I. 2012. A esquerda mundial após 2011. In: D. HARVEY et al., *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, p. 73-76.
- WEGUELIN, J.M. 1968. Passeata dos Cem Mil. *O Rio de Janeiro através dos jornais*. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj49.htm>. Acesso em: 21/08/2014.

Submetido: 13/03/2015

Aceito: 14/07/2015